

A CIDADE NA AMÉRICA COLONIAL PORTUGUESA

Luiz Ricardo Michaelsen Centurião¹

A CIDADE NA EUROPA DO SÉCULO XVI

Caracteriza-se o período renascentista por um processo de crescimento urbano no qual se promove, também, uma re-configuração da cidade, em virtude do novo sentido que esta adquire no pensamento e filosofia da época, o que irá refletir-se ao nível da arquitetura e do urbanismo. A cidade passa a ser vivida e pensada de uma maneira diferente da medieval, embora não ocorra nada que possa ser definido como um corte abrupto com o passado relativamente próximo. Como prova disto, vemos que não houve, por parte dos arquitetos renascentistas, que passaram a pensar a cidade como modelo de atualização de uma nova ordem, uma rejeição do localismo, em favor de representações universalizantes, nem uma negação de fórmulas já existentes no período medieval.

Assim, Alberti,² um dos iniciadores do urbanismo do século XV, propõe o padrão que se vulgarizará, de ruas retilíneas e casas da mesma

1 Professor, Mestre de Antropologia Social (UFRGS) e doutorando do Curso de Pós-Graduação em História da PUCRS.

2 Leon Battista Alberti (1404-72) autor do tratado arquitetônico *De Re Aedificatoria*, entendia que a arquitetura deve ser dotada de uma base sócio-política que contemple as diferenças. Tendo recebido influências ciceronianas, procura obter a *concinnitas* pelo uso das proporções numéricas. Para maiores detalhes, ver John R. Hale, *A Concise Encyclopedia of the Italian Renaissance*. Thames and Hudson Ltd, London, 1981.

altura, mas isto não impede que ele contemple as ruas curvas, de conotação marcadamente medieval, em seus modelos arquitetônicos. Não pretendendo impor a mesma planta aos aglomerados urbanos, tenta, pelo traçado curvo, manter os padrões adequados às especificidades locais. Em outros arquitetos do período, observa-se também a inexistência de um padrão rígido, a até a busca da harmonização com a eventual topografia do local do aglomerado.

Deve-se considerar a Idade Média, ao contrário do que possa parecer, não pode ser tida como uma época determinada unicamente pelo empirismo urbanístico. Há exemplos, em diversas regiões da Europa, de ruas retilíneas e praça central com funções especializadas. É o caso da Espanha, onde se verifica, no período medieval, a existência de planta em xadrez, praça principal, quadrada ou retangular, e muralhas com portas orientadas. Neste caso, pode-se conjecturar da permanência de padrões helenísticos e romanos que teriam atravessado a Idade Média sem modificação, sendo os agregados medievais apenas acréscimos àquele modelo básico. E, de qualquer maneira, é discutível a opinião de que a ausência de traçado retilíneo implique em inexistência de padrões de urbanismo. Ao contrário, se observarmos as cidades medievais, com seus empilhamentos e suas ruas estreitas e curvas, como apenas um dos elementos componentes e integrados a um modo de ser e a um estilo de vida, poderemos concluir que há um urbanismo medieval, não empírico, e que corresponde plenamente a um modelo de relações e a um universo simbólico específico.

O que se nota com o Renascimento, é uma vontade de geometria do ângulo reto, que vai generalizar-se no século XVI. Passa a prevalecer a concepção de ordenamento racional, do urbanismo como instrumento por meio do qual a cidade passa a exercer uma ação disciplinadora sobre os homens, e da razão matemática.³

Há continuidade, também, em relação à Idade Média, na concentração espacial das corporações de ofício, com suas oficinas e lojas, em

³ Este será o modelo seguido na América Espanhola, como atesta o caso de Lima, México e Buenos Aires. Quanto à América Portuguesa, o princípio básico será o mesmo, mas podemos observar também que o amoldamento à topografia dará às cidades luso-brasileiras um caráter mais plástico. De qualquer forma, esta plasticidade não se opõe aos cânones do urbanismo renascentista, como podemos ver por Albert e outros.

arruamentos específicos. Esta prática, herdada de séculos anteriores, não é alterada. A única diferença é que, no Renascimento, ela é associada à noção de higiene (segregar os ofícios mal-cheirosos, por exemplo). Mas para que surja esta noção, é necessário que existam conceitos que privilegiem a separação, o ordenamento por categorias homogêneas, o distanciamento espacial e simbólico do diferente, ao mesmo tempo que abominem a mistura, a confusão, a *hybris*, o impreciso. É uma lógica da separação, oposta à lógica da mistura, mais presente esta, de certa maneira, na Idade Média. Me parece que a concepção higienista de Leonardo da Vinci pode ser compreendida por este caminho.

Para o urbanista do Renascimento, a cidade deve aliar a praticidade à beleza. Há uma estética renascentista marcada pelo ideal da harmonia, da proporção, do *métron*, e pela cosmologia numérica dos pitagóricos. Ao mesmo tempo, a cidade deve tomar como modelo a organização do corpo humano. Este é visto como a máquina perfeita, que deve servir de modelo para todas as máquinas. Por isto, pode afirmar-se que, na medida em que a cidade deve ter o corpo humano como protótipo, será vista como cidade-máquina, condensadora de energia cósmica, enquanto reprodutora da ordem universal. O *macroanthropos* configura a harmonia da sociedade e do universo, e a obra do urbanista, em seu papel de demiurgo, tem por dever reproduzi-la. É um período em que o arquiteto e o utopista se confundem às vezes na mesma pessoa.

Há também uma concordância na concepção de projetos de cidades, no que se refere à atenção prestada à combinação dos aspectos práticos e estéticos.⁴ A planta reticulada adquire fundamental importância. Ela é herdada, como se sabe, do antigo *campus* romano, com seu *cardo* e *decumanus*. Será também aplicada, como veremos posteriormente, na fundação das cidades ibero-americanas. Busca-se a clareza e a disciplina das linhas, que pode ser atingida também pela planta radial, uma vez que ambas obedecem ao princípio da simetria. Algumas edificações urbanas da Espanha serão exemplo disto, ainda mais pela herança romana que se

4 A noção de prático e estético deve ser vista dentro de uma ótica relativista. Cada período terá a sua. No Renascimento, é importante a geometrização e a largura das ruas, em outros aspectos. Num texto legislativo de 1590, Sisto V afirma "... Roma não tem necessidade apenas da proteção divina e da força sagrada e espiritual, é-lhe também necessária a beleza que o conforto e os ornamentos materiais dão". (Delumeau, Jean. *A Civilização do Renascimento*, vol. 1. Editorial Estampa, Lisboa, 1984, p. 262.

perpetuou na Península Ibérica. A simetria torna-se um princípio importante. A *areté* é alcançada pelo uso da razão,⁵ que deve repetir, no concreto, a abstrata perfeição matemática e geométrica.

Além dos aspectos simbólicos da edificação urbana, aspectos estes que levam à tentativa de transformar a cidade numa réplica do universo, numa *imago mundi*, – cópia da perfeição esférica⁶ – existem considerações de ordem prática. Não se pode ignorar o aperfeiçoamento da tecnologia bélica da época. Uma planta radial ou reticulada tornaria a cidade mais apropriada para os embates de uma guerra com uso da artilharia. Por isso, a rua sinuosa, em geral, é vista pelos urbanistas do Renascimento, quando são também engenheiros militares, o que ocorre com frequência, como algo que deve existir somente em locais em que a topografia o exige.⁷ Mas deve-se lembrar que as concepções estéticas e filosóficas, por si sós, já são suficientes para impor o traçado radial ou reticulado.⁸

A CIDADE NA AMÉRICA

Com o descobrimento do continente americano, trazem os conquistadores e colonizadores hispânicos e portugueses uma concepção urbana marcada pelos princípios renascentistas que foram vistos acima pois, apesar do fato da remodelação urbana ter seu centro na Itália seiscentista, o mundo ibérico não permaneceu infenso às suas influências. Além disto,

-
- 5 É preciso não esquecer que a racionalidade renascentista, que privilegia a harmonia, a proporção e a justa medida, coexiste com a poderosa corrente de misticismo típica do período, misticismo que ressuscita, de certa forma, toda a tradição antiga neoplatônica, mediterrâneo-helenística. A própria cientificidade renascentista se manifesta em termos de simbiose e complementação com as tradições mágicas e filosófico-religiosas da Antigüidade.
 - 6 Da mesma maneira como o corpo humano, representado, desde a antigüidade mediterrânea, como réplica da perfeição, simbolizada na esfera, o todo indiviso, sem princípio nem fim.
 - 7 Seria o caso das cidades edificadas em colinas.
 - 8 À remodelação da cidade segue-se, por assim dizer, uma "remodelação" do campo, tanto ao nível simbólico como prático. Este, visto até então como lugar das trevas, do inculto, do perigo, do não civilizado, passa a ser transformado em jardim, ou seja, natureza domesticada. Os cidadãos impõem uma concepção estética ao campo e o utilizam como lugar de lazer.

permanecia na Península Ibérica, mais forte que em outras regiões da Europa, a tradição do reticulado romano. Esta tradição atravessou a Idade Média e é restaurada na América. É a herança antiga, reforçada pelas influências renascentistas, e matizada de aspectos medievais, que os descobridores trarão em sua bagagem. Estes fatores, aliados às características políticas, administrativas, econômicas, sociais e às peculiaridades históricas – o evento da Reconquista, por exemplo – das nações ibéricas, irão determinar as especificidades da implantação urbana no Novo Mundo.

Ao chegarem à América, os descobridores são acometidos por uma espécie de "estupor admirativo". Rompe-se a antiga e pacífica unidade da natureza, a cosmografia tradicional altera-se profundamente e torna-se necessário retrabalhar o significado da diversidade. O novo introduz-se pelas fissuras de uma unidade destrozada. Inéditas comparações e critérios distributivos são elaborados.⁹ A realidade americana propõe tremendos interrogantes, o alargamento do mundo físico torna-se um desafio aos sistemas e convicções peculiares que o pensamento religioso e filosófico europeu desenvolveu.¹⁰ Havia, como em todo sistema de

⁹ O que pode ser verificado pelas taxionomias elaboradas, que operavam, ou pelo princípio da similaridade (ou seja, obedeciam à mesma lógica das taxionomias selvagens) ou da exclusão. Neste último caso, criava-se o *monstruum*, que será um elemento constante na zoo e fitogeografia da época.

¹⁰ Uma referência indispensável para a análise dos reflexos do Descobrimento no pensamento europeu, é a obra de Antonello Gerbi *La Naturaleza de las Indias Nuevas*, Fondo de Cultura Económica, México, 1978. Diz este autor: "Cuando se comenzó a razonar acerca de las nuevas naciones descubiertas, se adujeron semejanzas, verdaderas o caprichosas, con las contumbres europeas, 'pruebas' para corroborar tesis monogenéticas o difusionistas y estrechas secuencias temporales y causales; o más bien, ...las semejanzas se revestieron de un decisivo valor documental. El presupuesto tácito de que la civilización euroasiática era cronológicamente anterior a la americana hacía recaer sobre el Nuevo Mundo el crisma augural de la juventud". (*op. cit.*, p. 19). Mas cabe observar que, nas ocasiões em que a América foi assimilada à idéia de paraíso terrestre, se instaura uma noção de "antigüidade primordial" que, por isto mesmo, reveste-se de uma aura de juventude. É o mundo *in status nascendi*, o primórdio fundacional. Esta noção irá repetir-se na fundação das cidades americanas. Neste caso, o ato de criação da cidade será a re-atualização do gesto original de inauguração do universo. Para isto, ver Jean Hani, *Le Symbolisme du Temple Chrétien*, Guy Trédaniel, Paris, 1978.

representações que não se caracterize por um fechamento absoluto,¹¹ uma lógica de inclusão do novo.

O Ato Fundacional

No ato fundacional das cidades americanas há um modelo que transcende os limites da ação particular e adquire significados universais adequados à mentalidade mitológica e/ou religiosa da época. Este ato repete as características da tomada de posse. O colonizador ou conquistador se comporta ativamente frente ao lugar, impõe-lhe ordem e sentido, integra-o ao mundo espiritual a aos poderes temporais e, desta forma, torna-o concreto. Implanta-se a fé cristã no mundo pagão e as novas terras devem ser, de certa maneira, uma re-figuração das antigas. É um processo de integração pela ênfase em estabelecer semelhanças com o mundo conhecido, seja este o mundo espiritual ou o geográfico.¹²

A fundação do núcleo de povoamento representava segurança para os habitantes, uma segurança produzida pela certeza de viver no marco de uma ordem legal pré-estabelecida.¹³ Representava, também, a continuação de um modo de vida transplantado a um meio inteiramente novo.

Cabe aqui uma consideração a respeito de qual a importância das concepções renascentistas na fundação e edificação dos primeiros núcleos urbanos da América. Geralmente o fundador, fosse conquistador, governante, alto funcionário, missionário ou outro, era movido por interesses práticos, de ordem econômica, exploratória ou defensiva. Jamais seria um teórico inspirado pela filosofia do Renascimento. Seria difícil imaginar Diego de Almagro. Juan de Garay ou Martim Afonso de Sousa desta maneira. O que os animava era o pragmatismo próprio do espírito conquistador e mercantilista da época.

11 O que é uma impossibilidade, se não lógica, de fato.

12 Este aspecto pode comprovar-se facilmente pelos nomes que são atribuídos, em geral, aos novos núcleos, sejam criados com a intenção de transformá-los em simples feitorias ou em vastos aglomerados urbanos. Geralmente predominam nomes de santos ou de cidades européias. Neste caso, há um ato simbólico de recriação do local de origem.

13 Ou seja, poder ter uma vida "boa e conversável", no dizer de um cronista seiscentista. O mundo da fala, ou seja, "conversável", contrapõe-se a um mundo onde não há comunicação, quer dizer, à animalidade.

No entanto, as instruções trazidas da Europa por aqueles que vieram ocupar o Novo Mundo regiam-se por ordenações que especificavam minuciosamente o traçado urbano a ser seguido. Este traçado, conhecido como clássico, correspondia aos pressupostos renascentistas lançados na Itália, mais a herança romana, como pode depreender-se da leitura das *Leyes de Indias*. Assim, observa-se o reticulado, a praça central, a rígida geometrização e outros aspectos. Claro que se abria margem para o crescimento espontâneo, determinados por fatores locais talvez não previstos no momento da fundação. Este fato poderia ocasionar a posterior excentricidade da praça central e/ou a tortuosidade das ruas, por exemplo. Nas cidades brasileiras, como Salvador e Rio de Janeiro, isto pode ser facilmente comprovado. Não há, portanto, razão para afirmar que o traçado inicial destes núcleos não obedecesse à geometrização,¹⁴ de acordo com cânones trazidos da Europa.¹⁵

A CIDADE BRASILEIRA

Devido ao fato do descobrimento do Brasil ter sua importância minimizada, em vista do maior interesse da Coroa pelas Índias Orientais, a ocupação inicial da terra brasileira revestiu-se de uma certa precariedade. Tanto foi assim que Dom Manuel ordenou apenas a construção de feitorias para serviço de tráfico e arribada de naus em trânsito para as Índias. Inicia assim a vida política e administrativa do Brasil. Foi uma ocupação precária, com diversas das primeiras feitorias sendo destruídas pelos índios.

Por esses tempos, estimula Dom Manuel expedições de caráter particular, movidas pelo espírito de lucro e aventura. É este mesmo rei quem ordena que se eleja "um homem prático e capaz de ir ao Brasil dar

14 Não há um urbanismo brasileiro "anárquico", contraposto a um urbanismo planejado hispano-americano. Mesmo nas cidades sob a égide da Espanha, existe o espontaneísmo e a improvisação resultante de especificidades locais não previstas, isto pode levar a supor uma insuficiência de planejamento para o crescimento urbano. Porém, uma observação mais detalhada pode revelar a "funcionalidade" das áreas urbanas, mesmo daquelas que a primeira vista, possam parecer caóticas, como de fato ocorreu com alguns observadores contemporâneos aos primeiros séculos de colonização.

15 De qualquer maneira, um maior esclarecimento deste ponto poderá ser conseguido pelo estudo de núcleos de povoados fundados por portugueses na Ásia e na África.

princípio a um engenho de açúcar",¹⁶ com ajuda de custo. Foi este o início do complexo açucareiro instalado no Brasil. Isto deu-se no ano de 1516.¹⁷

As feitorias eram construídas de maneira extremamente rudimentar: uma casa forte cercada por uma caçara,¹⁸ misto de fortim e posto comercial. Habitadas por soldados, colonos e degredados, esperava-se que dessem início à atividade agrícola e pastoril, logo após as necessárias negociações com os indígenas. Estas atividades serviriam não só para prover o alimento dos moradores da feitoria, como devia também servir como elemento de fixação à terra. Pouco a pouco, se bem sucedida, a feitoria ia convertendo-se em povoado e posteriormente em vila, com suas casas de pau a pique e seus edifícios públicos. Os alvarás da época mostra um forte interesse da Coroa em promover o povoamento. Havia uma política de ocupação bem definida, como também foi definido, após, o modelo de ocupação urbana do território.

No ano de 1530, com ordem de por em prática a política já familiar aos portugueses e aplicada em Madeira, Açores, São Tomé e Cabo Verde, chegava ao Brasil Martim Afonso de Sousa, da Real Casa e Conselho. Funda este fidalgo a vila de São Vicente, obedecendo o Regime das vilas da Coroa e do Mestrado de Cristo. Instala-se pois, em São Vicente, o primeiro núcleo civil de administração colonial.¹⁹ Inicia-se, por esse tempo, a implantação dos primeiros assentamentos permanentes no Brasil. Com a terra dividida em senhorios, sendo estes parte do senhorio do Estado, esboça-se o sistema administrativo próprio da primeira fase da colonização. E, neste processo, o município configura-se como o

16 Citado por Max Fleiuss, *História Administrativa do Brasil*, Cia. Melhoramentos de São Paulo, 1922, p. 8.

17 Para uma compreensão maior da economia açucareira na área atlântica, consultar Stuart B. Schwartz, *Segredos Internos – Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*, Companhia das Letras, São Paulo, 1988, p. 24 e ss.

18 Florestan Fernandes, em *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*, Editora da USP, São Paulo, 1970, levanta a possibilidade da estacada de proteção (a *kai sara tupi*) ser uma inovação portuguesa no Novo Mundo, sendo desconhecida nos antigos aldeamentos indígenas do litoral brasileiro.

19 Conforme Max Fleiuss, pelos forais, os colonos obtinham as seguintes isenções: "pagar unicamente o tributo do dízimo; b) exportar para o Reino, livres de direitos, menos a siza ordinária, todos os produtos; c) comerciar livremente de uma capitania para outra; d) importar, sem pagamento de impostos, quaisquer artigos portugueses, contanto que trazidos por navios igualmente portugueses." Max Fleiuss, *op. cit.*, p. 22.

primeiro núcleo de administração civil nos tempos coloniais.²⁰ Começam a formar-se as condições favoráveis para a vigorosa expansão da economia açucareira.

Embora as aparências dêem a impressão de não ter havido nenhuma regulamentação pré-concebida na organização de terras e lotes urbanos, não creio ser válida a afirmação de que o urbanismo português desconhecia o traçado reticulado. Este existia em terras portuguesas, assim como na Espanha, em virtude da herança romana do *campus*, que atravessou a Idade Média. Este fator seria suficiente mesmo se não tivesse existido, como existiu, a difusão do urbanismo renascentista, da Itália, para a Península Ibérica.

O que pode ter ocorrido com alguma freqüência, foi o espontaneísmo – que existiu também na América Espanhola – derivado da grande disponibilidade de terras e o escasso número de imigrantes. Um outro fator, que não pode ser desconsiderado, é a acidentada topografia, que impediu, em muitos casos, a formação de plantas regulares. Deve-se lembrar, também, que, por motivos de defesa – sendo isto uma prática medieval comum trazida para a América – as edificações urbanas eram situadas, freqüentemente, em elevações.²¹ Mas, curiosamente, esta era também a orientação prescrita pelos arquitetos, urbanistas e engenheiros militares que promoveram a grande renovação urbana renascentista. Na Itália, Alberti e di Giorgio, por exemplo, recomendavam o traçado curvo, e mesmo irregular, se isto fosse uma necessidade imposta pela topografia.²² Mas, mesmo nestes casos, havia um modelo de cidade que estava presente idealmente.²³ E ocorrendo isto, a simbolização do real a partir deste modelo instaurava um princípio de ordenamento. Além deste fato, deve-se observar que, embora o espontaneísmo ou a topografia irregular gerassem alterações posteriores, durante o crescimento do núcleo urbano, o traçado inicial era, via de regra, retilíneo e centralizado. Estas considerações fazem sentido na medida em que atentamos para uma extensa historiografia que procura tratar o tema da planificação – ou

20 Para maiores detalhes, consultar Max Fleiuss, *op. cit.*, primeira parte.

21 Se não a área urbana como um todo, pelo menos a moradia do Príncipe.

22 Deve-se fazer uma distinção entre o curvo irregular e o curvo da planta radial. O primeiro obedecia a uma concepção mais pragmática; a segunda, unia e exigência topográfica a um modelo de cidade.

23 Este modelo ideal, ao contrário do que poderia sugerir uma visão estereotipada do Renascimento, privilegiava não só o retilíneo, como também o curvo.

melhor dito, da "inexistência" dela – dos núcleos urbanos no Brasil pela lógica da falta. Talvez fosse mais adequado tratar o fato considerando-o como mais um aspecto da imensa maleabilidade e adaptabilidade – tão bem mostrada por Gilberto Freyre²⁴ – dos portugueses em seu processo de adaptação às terras do Novo Mundo.

Era intenção da Coroa portuguesa colonizar os pontos de maior conveniência ao longo da costa, e dispor dos rios navegáveis como vias de penetração. Assim, entre o mar e o sertão, encravam-se os núcleos portugueses. O procedimento de estabelecer assentamentos fortificados, acessíveis e em contato fácil com a metrópole, já havia sido aplicado no Oriente (Goa e Macau, por exemplo). A diferença em relação à empresa asiática foi, entre outras, a de que no continente americano criou-se, por meio do cultivo da cana-de-açúcar, uma economia agrícola de exploração e assentamento. É com o açúcar – assim como, algum tempo após, com a pecuária – que se deu a penetração para o interior.²⁵

A ocupação do interior não produziu o aparecimento de cidades. Os engenhos, unidades econômicas com alto grau de auto-suficiência, tornaram-se uma importante forma de ocupação territorial, e neles se encontrava a classe de maior poder aquisitivo. Nas cidades localizavam-se os centros da estrutura administrativa.²⁶ Eram elas as sedes do poder civil e religioso, e áreas onde se desenvolviam as atividades comerciais e culturais.

24 Ver Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*, Livraria José Olympio Editora S.A., Rio de Janeiro, 1981. Como exemplo de utilização da lógica da falta. Sergio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, Livraria José Olympio Editora S.A., Rio de Janeiro, 1979. (primeira edição, 1936).

25 É claro que a penetração pela lavoura açucareira teve alcance limitado, e foi determinada não só pela disponibilidade de terras adequadas, como pela necessidade do engenho de açúcar não se localizar muito distante dos portos de embarque.

26 Estes centros diferenciavam-se daqueles das possessões espanholas, nas quais instalou-se uma numerosa burocracia real, nas capitais de vice-reinado, como México e Lima. Este foi um dos fatores que propiciou às colônias espanholas um forte impulso inicial de urbanização. Com o tempo, formou-se nestas capitais uma aristocracia cortesã, réplica de Madrid, que por sua vez tomou o ambiente cortesão francês como modelo. Uma descrição disto pode ser encontrada em Delfina López Sarrealangue *La Policía en la Ciudad de Mexico en 1788*. In: *Estudios sobre la Ciudad Iberoamericana*. Consejo Superior de Investigaciones Científicas Instituto Gonzalo Fernández de Oviedo, Madrid, 1983, p. 227.

A burocracia do Estado, concentrada ao longo dos centros costeiros, destacava-se, no quadro colonial, pela intensa atividade fiscal. As cidades portuárias eram quase o local natural para a arrecadação de impostos. Por elas transitavam também as mercadorias européias destinadas aos engenhos de açúcar.

É entre 1580 e 1640, período de unificação ibérica, que se dá o grande impulso urbanizador no Brasil. Este impulso torna-se maior devido à conquista e posterior colonização do norte do Brasil, com o surgimento de Belém e São Luís. Mas, o descobrimento de ouro na região de Minas Gerais assume uma importância fundamental em termos de aceleração do processo de urbanização. O descobrimento do ouro provocou uma migração em grande escala. As antigas cidades litorâneas, principalmente o Rio de Janeiro, tornaram-se lugar de trânsito para o grande contingente de mineradores que acorria ao interior do país.

Geralmente a cidade brasileira colonial tem sido tratada historicamente como um fenômeno de menor importância, quase inexpressivo, principalmente se comparada com o processo de urbanização da América Espanhola. Mas esta visão depreciativa oculta uma realidade urbana que certamente não foi tão insignificante, nem tão atrelada ao poder rural, como tem sido afirmado várias vezes.²⁷

Em vista disto freqüentemente não foi vista a cidade colonial como um local de poder, e na qual se fazia representar uma Coroa absolutista e altamente centralizadora. Mas o poder real instala-se numa base urbana, e só a partir daí consegue exercer uma autoridade que evitou a fragmentação da América Portuguesa. O fato de não ter ocorrido tal fragmentação mostra, por si só, que a cidade não exerceu um papel tão submisso como às vezes se sugere, no período colonial.

A cidade colonial brasileira é base do poder central e centralizador e ponto de irradiação da conquista e colonização. Nesta função, impõe-se e instaura o poder régio a terras ocupadas, desbravadas e conquistadas. É evidente que nos primórdios da colonização, não poderia ter a cidade colonial a diversificação e ampliação de funções que veio adquirir depois, principalmente durante o século XVIII. À medida que cresce e

²⁷ Por exemplo, por Capistrano de Abreu, em *Capítulos da História Colonial e o Povoamento do Brasil*, Editora Universidade de Brasília, 1982. Uma visão altamente depreciativa da cidade colonial no Brasil pode ser encontrada na obra de Luiz Edmundo, *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis*, Athena, Rio de Janeiro, s.d.

se diversifica a economia colonial, a cidade também se diversifica, e isto faz parte do processo de passagem de "cidade de conquista", para "cidade colonial". Por estes motivos, e pelo fato da cidade poder ser vista como uma "condensadora" da sociedade brasileira dos primeiros séculos, parece que cabe uma re-orientação na historiografia brasileira que, tradicionalmente tem privilegiado as estruturas rurais, no período referente aos séculos de domínio colonial.²⁸ Seriam necessários para isto, trabalhos interpretativos dos primórdios da sociedade urbana no Brasil, que contemplassem a complexidade e importância das cidades brasileiras, principalmente nos séculos XVII e XVIII. Seria esta uma forma de rever o Brasil Colonial sem a ênfase, que comumente tem sido dada, aos aspectos rurais da sociedade brasileira, o que caricaturalmente dá a impressão de que a cidade no Brasil só passou a existir com a industrialização, deixando-se de ver a riqueza e a complexidade que o século XVIII, por exemplo, nos oferece em termos de contexto urbano no Brasil.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial e Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*. Editora da Universidade de Brasília, Brasília, 1982.
- DELUMEAU, Jean. *A Civilização do Renascimento*, vol. 1. Editorial Estampa, Lisboa, 1984.
- FALCON, Francisco. "A Cidade Colonial: Algumas Questões a Propósito de Sua Importância Político-administrativa (Séculos XVII/XVIII)". In: *Anais, I Colóquio de Estudos Históricos Brasil-Portugal*. PUC-MG, s.d.
- FERNANDES, Florestan. *A função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*. Editora da USP, São Paulo, 1970.
- FLEIUSS, Max. *História Administrativa do Brasil*. Cia. Melhoramentos de São Paulo, 1922.

28 Dentro desta orientação, coloca Francisco C. J. Falcon: "As pesquisa e estudos recentes, partindo exatamente de um novo modo de se olhar a cidade colonial, contribuíram bastante para relativizar aquela visão dicotômica... a cidade, o núcleo urbano, constitui o lugar, por definição, de coexistência/convivência entre os diferentes segmentos das elites coloniais e os agentes do aparelho burocrático luso...". Francisco Falcon, *Anais, I Colóquio de Estudos Históricos Brasil-Portugal, A Cidade Colonial: Algumas Questões a Propósito de Sua Importância Político-Administrativa (Séculos XVII/XVIII)*, PUC-MG, 1974, p. 100. Refere-se aqui o autor à complexidade política, administrativa, social e econômica que encontramos na cidade colonial, fato que foi desprezado, em parte por uma excessiva ênfase "ruralista".

- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Livraria José Olympio Editora S.A., Rio de Janeiro, 1981.
- GERBI, Antonello. *La Naturaleza de las Indias Nuevas*. Fondo de Cultura Económica, México, 1978.
- HALE, John R. *A Concise Enciclopedia of the Italian Renaissance*. Thames and Hudson, London, 1981.
- HANI, Jean. *Le Symbolisme du Temple Chretien*. Guy Trédaniel, Paris, 1978.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Livraria José Olympio Editora S.A., Rio de Janeiro, 1979.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos – Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*. Companhia das Letras, São Paulo, 1988.
- SARRELANGUE, Delfina López. "La Policía en la Ciudad de México en 1788". In: *Estudios Sobre la Ciudad Iberoamericana*. Consejo Superior de Investigaciones Científicas Gonzalo Fernández de Oviedo, Madrid, 1983.